# BASE DE DADOS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (2ª Seção). Reclamação nº 5072/AC. [...] Internet. Provedor de pesquisa virtual. Filtragem prévia das buscas. Desnecessidade. Restrição dos resultados. Não-cabimento. Conteúdo público. Direito à informação. Dados ofensivos armazenados em cache. Exceção. Exclusão. Dever, desde que fornecido o URL da página original e comprovada a remoção desta da internet. Comando judicial específico. Necessidade. Astreintes. Obrigação impossível. Descabimento [...]. Rel. Min. Marco Buzzi, Rel. p/ Acórdão Min. Nancy Andrighi, 2ª Seção, julgado em 11/12/2013, publicado em 04/06/2014. Decisão por maioria. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201002183066&dt_publicacao=04/06/2014>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (2ª Seção). Recurso Especial nº 1512647/MG. Direito Civil e Processual Civil. Violação de direitos autorais. Rede social. Orkut. Responsabilidade civil do provedor (administrador). Inexistência, no caso concreto. Estrutura da rede e comportamento do provedor que não contribuíram para a violação de direitos autorais. Responsabilidades contributiva e vicária. Não aplicação. Inexistência de danos que possam ser extraídos da causa de pedir. Obrigação de fazer. Indicação de URL'S. Necessidade. Apontamento dos IP'S. Obrigação do provedor. Astreintes. Valor. Ajuste [...]. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, julgado em 13/05/2015, publicado em 05/08/2015. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201301628832&dt_publicacao=05/08/2015>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Agravo Interno no Recurso Especial nº 1591179/CE. [...] Ação de indenização por danos morais cumulada com obrigação de fazer. Internet. Conteúdo ofensivo. Remoção. Responsabilidade civil do provedor. Caracterização. Culpa. Redução do valor. Revisão. Impossibilidade. Reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Sumula nº 7/STJ [...]. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, julgado em 12/08/2019, publicado em 14/08/2019. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201600425200&dt_publicacao=14/08/2019>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1403893/BA. Civil. Processual civil. Agravo interno no agravo em recurso especial. Recurso manejado sob a égide do NCPC. Ação cominatória de obrigação de fazer com pedido indenizatório. Retirada de conteúdo ofensivo. YouTube. Fato anterior à entrada em vigor do marco civil da internet. Negativa de prestação jurisdicional. Alegação genérica. Ausência de prequestionamento. Presença dos pressupostos do dever de indenizar no caso concreto. Reexame dos elementos de convicção dos autos. Súmulas nºs 7, 83 e 211 do STJ. Agravo interno não provido [...]. Rel. Min. Moura Ribeiro, 3ª Turma, julgado em 04/05/2020, publicado em 07/05/2020. Decisão por unanimidade. Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201803091611&dt_publicacao=07/05/2020>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1177619/SP. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. Ação de indenização por danos morais cumulada com obrigação de fazer. Art. 535 do CPC/1973. Violação. Não ocorrência. Prequestionamento. Ausência. Súmula nº 211/STJ. Fundamentos suficientes. Impugnação específica. Necessidade. Súmula nº 283/STF. Internet. Conteúdo ofensivo. Remoção. Responsabilidade civil do provedor. Caracterização. Culpa. Revisão. Impossibilidade. Súmula nº 7/STJ [...]. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, julgado em 29/10/2018, publicado em 08/11/2018. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201702441886&dt_publicacao=08/11/2018>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 123013/SP. Agravo regimental. Responsabilidade civil subjetiva solidária por omissão. Provedor de internet. Notificação extrajudicial acerca de publicação de conteúdo ofensivo. Inércia. Danos morais devidos [...]. Rel. Min. João Otávio de Noronha, 3ª Turma, julgado em 27/10/2015, publicado em 03/11/2015. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201102864501&dt_publicacao=03/11/2015>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1384340/DF. Agravo regimental. Recurso especial. Civil. Internet. Comentário ofensivo postado em comunidade do 'Orkut'. Identificação do IP ('internet protocol') do usuário ofensor. Dever do provedor de hospedagem. Precedentes. Inaplicabilidade da Lei 12.965/14 a fatos pretéritos. Subsistência da obrigação, mesmo após a extinção do Orkut. Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, julgado em 05/05/2015, publicado em 12/05/2015 [...]. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201301527940&dt_publicacao=12/05/2015>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1642560/SP. Civil e processual civil. Rede social. Responsabilidade civil do provedor de aplicação. Rede social. Facebook. Obrigação de fazer. Remoção de conteúdo. Fornecimento de localizador URL da página ou recurso da internet. Comando judicial específico. Necessidade. Obrigação do requerente. Multa diária. Obrigação impossível. Descabimento [...]. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Rel. p/ Acórdão Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 12/09/2017, publicado em 29/11/2017. Decisão por maioria. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201602427774&dt_publicacao=29/11/2017>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1193764/SP. [...]. Provedor de conteúdo. Fiscalização prévia do teor das informações postadas no site pelos usuários. Desnecessidade. Mensagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco inerente ao negócio. Inexistência. Ciência da existência de conteúdo ilícito. Retirada imediata do ar. Dever. Disponibilização de meios para identificação de cada usuário. Dever. Registro do número de IP. Suficiência [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 14/12/2010, publicado em 08/08/2011. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000845120&dt_publicacao=08/08/2011>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1642560/SP. Civil e processual civil. Rede social. Responsabilidade civil do provedor de aplicação. Rede social. Facebook. Obrigação de fazer. Remoção de conteúdo. Fornecimento de localizador URL da página ou recurso da internet. Comando judicial específico. Necessidade. Obrigação do requerente. Multa diária. Obrigação impossível. Descabimento [...]. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Rel. p/ Acórdão Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 12/09/2017, publicado em 29/11/2017. Decisão por maioria. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201602427774&dt_publicacao=29/11/2017>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1316921/RJ [...] Provedor de pesquisa. Filtragem prévia das buscas. Desnecessidade. Restrição dos resultados. Não-cabimento. Conteúdo público. Direito à informação [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 26/06/2012, publicado em 29/06/2012. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201103079096&dt_publicacao=29/06/2012>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1698647/SP. Civil e Processual Civil. Responsabilidade civil do provedor de aplicação. YouTube. Obrigação de fazer. Remoção de conteúdo. Fornecimento de localizador URL da página ou recurso da internet. Comando judicial específico. Necessidade [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 06/02/2018, publicado em 15/02/2018. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201700478406&dt_publicacao=15/02/2018>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1642560/SP. Civil e processual civil. Rede social. Responsabilidade civil do provedor de aplicação. Rede social. Facebook. Obrigação de fazer. Remoção de conteúdo. Fornecimento de localizador URL da página ou recurso da internet. Comando judicial específico. Necessidade. Obrigação do requerente. Multa diária. Obrigação impossível. Descabimento [...]. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Rel. p/ Acórdão Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 12/09/2017, publicado em 29/11/2017. Decisão por maioria. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201602427774&dt_publicacao=29/11/2017>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1694405/RJ. Civil e Processual Civil. Recursos Especiais. Ação de obrigação de fazer. Retirada de conteúdo infringente. Provedor de pesquisa. Filtragem prévia das buscas. Exclusão de links. Impossibilidade. Dano moral caracterizado. Valor de reparação. Não alterado [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 19/06/2018, publicado em 29/06/2018. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201700397115&dt_publicacao=29/06/2018>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1738628/SE. Recurso Especial. Ação de obrigação de fazer com pedido de reparação por danos morais. Conteúdo ofensivo na internet. Responsabilidade subjetiva do provedor. Omissão do acórdão recorrido. Inexistência. Suficiente identificação da URL do conteúdo ofensivo. Indenização por danos morais. Cabimento. Redução do valor da multa pelo descumprimento de ordem judicial. Possibilidade no caso concreto. Recurso especial desprovido [...]. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 19/02/2019, publicado em 25/02/2019, republicado em 26/02/2019. Decisão por unanimidade. Disponível em: < <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201701694593&dt_publicacao=26/02/2019>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1193764/SP. [...]. Provedor de conteúdo. Fiscalização prévia do teor das informações postadas no site pelos usuários. Desnecessidade. Mensagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco inerente ao negócio. Inexistência. Ciência da existência de conteúdo ilícito. Retirada imediata do ar. Dever. Disponibilização de meios para identificação de cada usuário. Dever. Registro do número de IP. Suficiência [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 14/12/2010, publicado em 08/08/2011. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000845120&dt_publicacao=08/08/2011>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1323754/RJ. Responsabilidade civil. Internet. Redes sociais. Mensagem ofensiva. Ciência pelo provedor. Remoção. Prazo [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 19/06/2012, publicado em 28/08/2012. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201200057484&dt_publicacao=28/08/2012>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1785092/SP. Recurso Especial. Internet. Obrigação de fazer. Provedor de acesso. Usuários. Identificação. Dever. Guarda dos dados. Obrigação. Prazo. Dever de armazenamento. Possibilidade fática e jurídica do pedido. Multa diária. Cabimento [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 07/05/2019, publicado em 09/05/2019. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201502935292&dt_publicacao=09/05/2019>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1782212/SP. Recurso Especial. Obrigação de fazer. Fornecimento de dados pessoais. Marco civil da internet. Necessidade de decisão judicial. Causalidade. Não aplicável. Interesse. Sucumbência. Inexistência [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 05/11/2019, julgado em 07/11/2019. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201702069970&dt_publicacao=07/11/2019>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1784156/SP. Recurso Especial. Civil e Processual Civil. Ação de obrigação de fazer. Provedor de aplicações. Identificação do dispositivo utilizado para acesso à aplicação. Indicação do endereço IP e porta lógica de origem. Interpretação teleológica dos arts. 5º, VII, e 15 da Lei n. 12.965/2014. Recurso especial provido [...]. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 05/11/2019, publicado em 21/11/2019. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201803221400&dt_publicacao=21/11/2019>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1777769/SP. Processual Civil. Recurso Especial. Ação de obrigação de fazer. Internet. Provedor de aplicação. Usuários. Identificação. Endereço IP. Porta lógica de origem. Dever. Guarda dos dados. Obrigação. Marco civil da internet. Interpretação teleológica [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 05/11/2019, publicado em 08/11/2019. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201802927470&dt_publicacao=08/11/2019>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1406448/RJ. [...] Provedor de hospedagem de blogs. Verificação prévia e de ofício do conteúdo postado por usuários. Desnecessidade. Mensagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco não inerente ao negócio. Ciência da existência de conteúdo ilícito ou ofensivo. Retirada do ar em 24 horas. Dever, desde que informado o URL pelo ofendido [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 15/10/2013, publicado em 21/10/2013. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201318237&dt_publicacao=21/10/2013>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1328706/MG. [...] Provedor de hospedagem de blogs. Verificação prévia e de ofício do conteúdo postado por usuários. Desnecessidade. Anúncio publicitário. Violação de direitos autorais. Risco não inerente ao negócio. Ciência da existência do conteúdo ilícito. Retirada do ar em 24 horas. Dever, desde que informado pelo ofendido o URL da página e, quando necessário, individualizado o conteúdo ilícito [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 15/10/2013, publicado em 13/12/2013. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201225460&dt_publicacao=13/12/2013>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1403749/GO. [...] Provedor de compartilhamento de vídeos. Verificação prévia e de ofício do conteúdo postado por usuários. Desnecessidade. Imagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco não inerente ao negócio. Ciência da existência de conteúdo ilícito ou ofensivo. Retirada do ar em 24 horas. Dever. Disponibilização de meios para identificação de cada usuário. Dever, desde que informado o URL [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 22/10/2013, publicado em 25/03/2014. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201302026186&dt_publicacao=25/03/2014>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1396417/MG. [...] Provedor de conteúdo. Site de relacionamento social. Verificação prévia e de ofício do conteúdo postado por usuários. Desnecessidade. Mensagem violadora de direitos autorais. Risco não inerente ao negócio. Ciência da existência de conteúdo ilícito. Retirada do ar em 24 horas. Dever, desde que informado o URL pelo ofendido [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 07/11/2013, publicado em 25/11/2013. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201302517510&dt_publicacao=25/11/2013>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1193764/SP. [...]. Provedor de conteúdo. Fiscalização prévia do teor das informações postadas no site pelos usuários. Desnecessidade. Mensagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco inerente ao negócio. Inexistência. Ciência da existência de conteúdo ilícito. Retirada imediata do ar. Dever. Disponibilização de meios para identificação de cada usuário. Dever. Registro do número de IP. Suficiência [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 14/12/2010, publicado em 08/08/2011. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000845120&dt_publicacao=08/08/2011>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1186616/MG. [...] Provedor de conteúdo. Fiscalização prévia do teor das informações postadas no site pelos usuários. Desnecessidade. Mensagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco inerente ao negócio. Inexistência. Ciência da existência de conteúdo ilícito. Retirada imediata do ar. Dever. Disponibilização de meios para identificação de cada usuário. Dever. Registro do número de IP. Suficiência [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 23/08/2011, publicado em 31/08/2011. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000512263&dt_publicacao=31/08/2011>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1306066/MT. [...] Provedor. Mensagem de conteúdo ofensivo. Retirada. Registro de número do IP. Dano moral. Ausência. Provimento [...]. Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª Turma, julgado em 17/04/2012, publicado em 02/05/2012. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201101271210&dt_publicacao=02/05/2012>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1694405/RJ. Civil e Processual Civil. Recursos Especiais. Ação de obrigação de fazer. Retirada de conteúdo infringente. Provedor de pesquisa. Filtragem prévia das buscas. Exclusão de links. Impossibilidade. Dano moral caracterizado. Valor de reparação. Não alterado [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 19/06/2018, publicado em 29/06/2018. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201700397115&dt_publicacao=29/06/2018>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). Recurso Especial nº 1308830/RS. [...] Provedor de conteúdo. Fiscalização prévia do teor das informações postadas no site pelos usuários. Desnecessidade. Mensagem de conteúdo ofensivo. Dano moral. Risco inerente ao negócio. Inexistência. Ciência da existência de conteúdo ilícito. Retirada imediata do ar. Dever. Disponibilização de meios para identificação de cada usuário. Dever. Registro do número de IP. Suficiência [...]. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 08/05/2012, publicado em 19/06/2012. Decisão por unanimidade. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\_registro=201102574345&dt\_publicacao=19/06/2012>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4 Turma). Recurso Especial nº 844736/DF. Internet - Envio de mensagens eletrônicas - SPAM - Possibilidade de recusa por simples deletação - Dano moral não configurado - Recurso Especial não conhecido. [...]. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP), 4ª Turma, julgado em 27/10/2009, publicado em 02/09/2010. Decisão por maioria. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200600946957&dt_publicacao=02/09/2010>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Agravo Interno no Recurso Especial nº 1507782/RS. Agravo interno no recurso especial. Ação indenizatória. Danos morais. Responsabilidade civil de provedor de internet. Ofensas inseridas por anônimo no site de relacionamentos Orkut. Retirada de conteúdo ofensivo após a notificação. Inexistência de ato ilícito. Precedentes. Agravo não provido [...]. Rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, julgado em 11/02/2020, publicado em 03/03/2020). Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201403294954&dt_publicacao=03/03/2020>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 636839/RJ. Processual civil. Agravo regimental no agravo em recurso especial. Embargos de declaração opostos na origem. Ausência de omissão. Necessidade de reexame de matéria probatória. Súmula 7/STJ. Agravo não provido [...]. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/04/2015, publicado em 05/05/2015. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201403325186&dt_publicacao=05/05/2015>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Agravo Regimental no Recurso Especial 1395768/RJ. Recurso especial. Agravo regimental. Direito eletrônico e responsabilidade civil. Danos morais. Provedor de busca na internet sem controle prévio de conteúdo. Mensagem ofensiva. Responsabilidade subjetiva não caracterizada. Súmula 7/STJ. Não incidência. Agravo desprovido [...]. Rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, julgado em 22/04/2014, publicado em 22/05/2014. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201002248254&dt_publicacao=22/05/2014>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1402104/RJ. Agravo Regimental no Recurso Especial. Direito eletrônico e responsabilidade civil. Danos morais. Provedor de busca na internet sem controle prévio de conteúdo. Orkut. Mensagem ofensiva. Notificação prévia. Inércia do provedor de busca. Responsabilidade subjetiva caracterizada. Agravo desprovido [...]. Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, julgado em 27/05/2014, publicado em 18/06/2014. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201547156&dt_publicacao=18/06/2014>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 230095/RS. Responsabilidade de provedor de internet pela retirada de conteúdo denunciado por quem se sinta prejudicado. Desnecessidade de indicação das URLS. Violação ao art. 535 do CPC. Não ocorrência. Inexistência de cerceamento de defesa. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 06/08/2013, publicado em 14/08/2013. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201929407&dt_publicacao=14/08/2013>>. Acesso em 10 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Recurso Especial nº 1306157/SP. Direito Civil. Obrigação de fazer e não fazer. Vídeos divulgados em site de compartilhamento (YouTube). Contrafação a envolver a marca e material publicitário dos autores. Ofensa à imagem e ao nome das partes. Dever de retirada. Indicação de URL'S. Desnecessidade. Individualização precisa do conteúdo do vídeo e do nome a ele atribuído. Multa. Reforma. Prazo para a retirada dos vídeos (24 h). Manutenção [...]. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 17/12/2013, publicado em 24/03/2014. Decisão por maioria. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201102315501&dt_publicacao=24/03/2014>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Recurso Especial nº 1175675/RS. Civil e Processual Civil. Mensagens ofensivas à honra do autor veiculadas em rede social na internet (Orkut). Medida liminar que determina ao administrador da rede social (Google) a retirada das mensagens ofensivas. Fornecimento por parte do ofendido das URLS das páginas nas quais foram veiculadas as ofensas. Desnecessidade. Responsabilidade técnica exclusiva de quem se beneficia da ampla liberdade de acesso de seus usuários [...]. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 09/08/2011, publicado em 20/09/2011. Decisão por unanimidade. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000054393&dt_publicacao=20/09/2011>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4ª Turma). Recurso Especial nº 1306157/SP. Direito Civil. Obrigação de fazer e não fazer. Vídeos divulgados em site de compartilhamento (YouTube). Contrafação a envolver a marca e material publicitário dos autores. Ofensa à imagem e ao nome das partes. Dever de retirada. Indicação de URL'S. Desnecessidade. Individualização precisa do conteúdo do vídeo e do nome a ele atribuído. Multa. Reforma. Prazo para a retirada dos vídeos (24 h). Manutenção [...]. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 17/12/2013, publicado em 24/03/2014. Decisão por maioria. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201102315501&dt_publicacao=24/03/2014>>. Acesso em: 12 fev. 2020.